

CONSIDERANDO a nova metodologia correicional que envolve as temáticas saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude, patrimônio público, violência e vitimização policial, igualdade étnico-racial, segurança alimentar, violência de gênero, defesa da mulher, feminicídio, direitos da população LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência, pessoa idosa, consumidor, defesa de outros grupos vulneráveis e direitos das vítimas, todas dentro do espectro amplo de atuação obrigatória do Ministério Público brasileiro, resolve:

Art 1º - INSTAURAR Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade no Ministério Público do Estado do Amazonas, sobre projetos, iniciativas e/ou boas práticas resolutivas que se encontram ativas no Estado, envolvendo as temáticas de saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude, patrimônio público, violência e vitimização policial, igualdade étnico-racial, segurança alimentar, violência de gênero, defesa da mulher, feminicídio, direitos da população LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência, pessoa idosa, consumidor, defesa de outros grupos vulneráveis e direitos das vítimas, cujos trabalhos serão realizados no período de 25 a 27 de outubro de 2023, com o intuito de fomentar as boas práticas resolutivas.

Art 2º DESIGNAR o Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Doutor Silvío Roberto Oliveira de Amorim Junior, e o Coordenador da Coordenadoria de Correções e Inspeções, Doutor Marco Antonio Santos Amorim para coordenarem os trabalhos correicionais.

Art 3º - DESIGNAR as servidoras do Conselho Nacional do Ministério Público Camila Mattos de Pinho, Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da Corregedoria Nacional, e Larissa Lago Barbosa Bezerril, Assessora-chefe da Coordenadoria de Correções e Inspeções para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

Art 4º - DETERMINAR, ainda, as seguintes providências:

a) sejam comunicados os Eminentes Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como o Secretário-Geral do CNMP, informando-lhes da presente correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos;

b) sejam comunicados o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça e a Exma. Sra. Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, informando-lhes da presente correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos,

c) a atuação desta Portaria e respectiva cópia como Procedimento de Correição Ordinária no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas, providenciando sua publicação no Diário Oficial da União e no portal do Conselho Nacional do Ministério Público.

OSWALDO D'ALBUQUERQUE

PORTARIA CN Nº 134, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Constituição da República, em seu art. 37, caput, consagrou o primado da eficiência como um dos princípios basilares da Administração Pública;

CONSIDERANDO que incumbe à Corregedoria Nacional realizar, de ofício, sindicâncias, correções e inspeções; receber reclamações e representações de qualquer interessado relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares; além de verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público em todas as áreas de atuação, havendo ou não evidências de irregularidades (art. 130-A, § 3º, da Constituição da República c/c o art. 18, incisos I, II, VII e XIV e art. 67, caput e § 2º, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (RICNMP));

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional constitui garantia fundamental de efetividade do Ministério Público como instituição essencial para o acesso à justiça;

CONSIDERANDO que, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, a Corregedoria Nacional se pauta por uma atuação preventiva-orientativa, buscando conhecer iniciativas inovadoras que possam

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA SG/MPU Nº 155, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, considerando o disposto no art. 9º, inciso I, e art. 10º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o que consta no Processo nº 1.00.000.006651/2006-51, no expediente PGR-00357114/2023, e na decisão proferida e transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança nº 0026662- 06.2009.4.01.3400, constante no PGEA nº 1.00.000.009796/2009-57, resolve:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, a candidata habilitada em concurso público no cargo discriminado e na respectiva lotação do Ministério Público da União, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

ANEXO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

I CARGO: ANALISTA DO MPU/DIREITO, NÍVEL SUPERIOR, CLASSE: "A", PADRÃO: 1

CLAS.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORIGEM DA VAGA
1	249229	CLAUDIA CRISTINA MELO DA SILVA *	PI	(PR-PI) TERESINA	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.

* Candidata com deficiência

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 983, DE 2 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4343.0006342/2022-66, resolve:

Art. 1º Prorrogar a cessão do servidor ARNALDO CORREIA DE ARAÚJO FILHO, Analista do MPU/Direito, matrícula nº 4087, para continuar exercendo, no Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, o cargo em comissão de Assessor-Chefe da Comissão de Infância, Juventude e Educação, código CC-04, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 18 de novembro de 2023, com fulcro no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. O servidor deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

ser futuramente aplicadas em outras Unidades Ministeriais, sendo imprescindível a verificação in loco do funcionamento dos serviços prestados;

CONSIDERANDO a nova metodologia correicional que envolve as temáticas saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude, patrimônio público, violência e vitimização policial, igualdade étnico-racial, segurança alimentar, violência de gênero, defesa da mulher, feminicídio, direitos da população LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência, pessoa idosa, consumidor, defesa de outros grupos vulneráveis e direitos das vítimas, todas dentro do espectro amplo de atuação obrigatória do Ministério Público brasileiro, resolve:

Art 1º - INSTAURAR Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade no Ministério Público do Estado de Roraima, sobre projetos, iniciativas e/ou boas práticas resolutivas que se encontram ativas no Estado, envolvendo as temáticas de saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude, patrimônio público, violência e vitimização policial, igualdade étnico-racial, segurança alimentar, violência de gênero, defesa da mulher, feminicídio, direitos da população LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência, pessoa idosa, consumidor, defesa de outros grupos vulneráveis e direitos das vítimas, cujos trabalhos serão realizados no período de 25 a 27 de outubro de 2023, com o intuito de fomentar as boas práticas resolutivas.

Art 2º DESIGNAR o Chefe de Gabinete e Coordenador da Coordenadoria Disciplinar Doutor Vinícius Menandro Evangelista de Souza, o Coordenador da Coordenadoria de Correções e Inspeções, Doutor Marco Antonio Santos Amorim, e a Coordenadora da Coordenadoria de Inovações, Doutora Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira para coordenarem os trabalhos correicionais.

Art 3º - DESIGNAR as servidoras do Conselho Nacional do Ministério Público Alessandra Meireles Silva, Secretária de Gabinete da Corregedoria Nacional, e Larissa Lago Barbosa Bezerril, Assessora-chefe da Coordenadoria de Correções e Inspeções para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

Art 4º - DETERMINAR, ainda, as seguintes providências: a) sejam comunicados os Eminentes Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como o Secretário-Geral do CNMP, informando-lhes da presente correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos;

b) sejam comunicados o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça e o Exmo. Sr. Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima, informando-lhes da presente correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos,

c) a atuação desta Portaria e respectiva cópia como Procedimento de Correição Ordinária no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, providenciando sua publicação no Diário Oficial da União e no portal do Conselho Nacional do Ministério Público.

OSWALDO D'ALBUQUERQUE

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPF Nº 812, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019, assim como o contido no processo administrativo nº 1.00.000.012008/2017-10, resolve:

Art. 1º Autorizar, até 13 de outubro de 2024, com ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão da servidora THAÍS HELENA MENDES PEREIRA BARBOSA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para continuar a exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, CJ-3, no Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.261, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, em razão da alteração de estrutura dada pela Portaria Normativa/PJ nº 944, de 08/09/2023, válida a contar de 22/09/2023, e considerando o teor do processo nº 19.04.3402.0074863/2023-30, resolve:

Apostilar, a contar de 22/09/2023, a designação do servidor REGINALDO DE SOUZA SANTOS, matrícula 5372-4, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Auxiliar Técnico da Chefia de Gabinete da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código FC-01 (90001336), para a função de confiança de Assistente Técnico I da Chefia de Gabinete da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código FC-02 (98001026).

CLÁUDIA MARIA RAMOS

PORTARIA Nº 1.268, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.3402.0079821/2023-24, resolve:



Art. 1º Apostilar a nomeação de AMANDA DA CUNHA GOMES, matrícula 5920-0, sem vínculo com a Administração Pública, do cargo em comissão de Assessor Jurídico I do Núcleo de Apoio Operacional da Procuradoria-Geral de Justiça, código CC-01 (52001045), realizada originalmente por meio da Portaria/SG nº 1.214, de 05/09/2022, DOU nº 171, de 08/09/2022, Seção 2, pag. 42, para o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 2ª Promotoria de Justiça Militar da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guarã, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código CC-01 (66001216).

Art. 2º Exonerar a servidora DARIA BAISA DE OLIVEIRA SOUZA, matrícula 4793-7, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, do cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 2ª Promotoria de Justiça Militar da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guarã, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código CC-01 (66001216).

CLÁUDIA MARIA RAMOS

PORTARIAS DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJG, de 14/12/2018, resolve:

Nº 1.258 - Retificar o Art. 1º da Portaria SGA nº 1.209, de 22/09/2023, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 26/09/2023, Seção 2, pag. 56, processo 19.04.3430.0073276/2023-70, da seguinte forma:

Onde se lê: "(...) para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, (...)"

Leia-se: "(...) para exercer (...)" (processo nº 19.04.3430.0073276/2023-70).

Nº 1.259 - Retificar o Art. 3º da Portaria SGA nº 1.206, de 22/09/2023, publicada no DOU nº 184, de 26/09/2023, Seção 2, pag. 55, processo 19.04.3402.0074873/2023-51, da seguinte forma:

Onde se lê: "Apostilar a designação do servidor NIVALDO RODRIGUES COUO (...)"

Leia-se: "Apostilar, a contar de 22/09/2023, a designação do servidor NIVALDO RODRIGUES COUO (...)" (processo nº 19.04.3402.0074873/2023-51).

Nº 1.262 - Nomear ALESSANDRA DE ARAUJO GONÇALVES DOS SANTOS, matrícula 6059-3, sem vínculo com a Administração Pública, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 3ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Recanto das Emas, código CC-01 (94001029) (processo nº 19.04.5400.0074973/2023-70).

CLÁUDIA MARIA RAMOS

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

PORTARIA SGP Nº 477, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, inciso I, alínea d, da Portaria nº 994, de 24 de agosto de 2020, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.01.000.000357/2023-08, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 27 de setembro de 2023, o cargo de Analista do MPU/Direito, classe A, padrão 2, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor MARCELO RIBEIRO MARTINS, matrícula nº 31620, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO DA SILVA RAMOS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 177, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE EM EXERCÍCIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando indicação formulada pelo Procurador da República Eduardo Jesus Sanches, por meio do expediente PR-AM-00059427/2023 encaminhado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) em 04/10/2023, resolve:

I - Designar a servidora Tamara de Oliveira Graça, ocupante do cargo de Técnica do MPU/Administração, matrícula nº 8937, para exercer a função de confiança, FC-2, de Assistente Nível II do 3º Ofício da Procuradoria da República no Amazonas (PR-AM), Gabinete do Procurador da República Eduardo Jesus Sanches.

LUÍS EDUARDO PIMENTEL VIEIRA ARAÚJO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 474, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Dispensar ANDERSON BENITO DE OLIVEIRA LIMA, matrícula 13619, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Assistente - Nível II, Código FC-2, do Gabinete da Dra. Isabela De Holanda Cavalcanti, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Designar REINALDO MARTINS ARMOND, matrícula 15828, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Direito, para exercer a função de confiança de Assistente - Nível II, Código FC-2, do Gabinete da Dra. Isabela De Holanda Cavalcanti, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Art. 3º Designar SORAYA AGUIAR VENTURA, matrícula 32572, ocupante do cargo efetivo de Técnica do MPU/Administração, para exercer a função de confiança de Assistente - Nível II, Código FC-2, do Gabinete do Dr. Fernando Túlio da Silva, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA

PORTARIA Nº 475, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Designar WENDEL VARLEY FONSECA DE OLIVEIRA, matrícula 22892, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe - Nível IV, Código CC-4, do Gabinete do Dr. Marcelo Freire Lage, da Procuradoria da República no Município de Ipatinga, no Estado de Minas Gerais.

CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 608, DE 2 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

1. Dispensar, a partir de 02/10/2023, RENATO CARDOSO DE MENESES, matrícula nº 31695-4, Analista do MPU/Direito, do encargo de substituto eventual de Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do Gabinete do Procurador da República William Tetsuo Teixeira Iwakiri, da Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu.

2. Designar WILLIAM GUILHERME SANDRI JUNIOR LOPES, matrícula nº 32948-7, Analista do MPU/Direito, para exercer o encargo de substituto eventual de Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do Gabinete do Procurador da República William Tetsuo Teixeira Iwakiri, da Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA MPF/PRPE/C. ADM./Nº 341, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O CHEFE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas no art. 56 do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 5 de maio de 2015, e no art. 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015;

CONSIDERANDO a indicação do Exmo. Sr. procurador da República Edson Virginio Cavalcante Junior; resolve:

Designar o servidor FREDERICO ANTONIO DE MENZES GOMES JUNIOR, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula 18.729, para exercer o encargo de substituto eventual do cargo em comissão de Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do GABPR5 da Procuradoria da República em Pernambuco.

ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA PR/RJ Nº 1.024, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 56, inciso VI, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, resolve:

Art. 1º Designar o servidor MARCELO DE OLIVEIRA AGUIAR, matrícula 27889, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do GABPRM1-JS, da Procuradoria da República no Município de Volta Redonda.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SERGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA PR/RJ Nº 1.026, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e no artigo 56, inciso VI, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, resolve:

Art. 1º Designar o servidor FERNANDO MONTEIRO DA SILVA GONÇALVES, matrícula 25075, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para exercer o encargo de substituto eventual da Assessora-Chefe Nível IV, CC-4, do GABPR11-JMCP, da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SERGIO LUIZ PINEL DIAS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 538, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Designar o servidor MICHEL KLEINSCHMIDT, matrícula nº 24944, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para o encargo de substituto eventual de Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, do Gabinete da Procuradora da República, Lucyana Marina Pepe Affonso, da Procuradoria da República no Município de Blumenau.

DANIEL RICKEN

PORTARIA Nº 539, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Dispensar, a partir de 03 de outubro de 2023, o servidor RODRIGO DA SILVA HIGINO, matrícula nº 23602, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da função comissionada de Coordenador de PRM - Nível I, FC-3, da Procuradoria da República no Município de São Miguel do Oeste.

DANIEL RICKEN

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 695, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Retificar o item 2 da Portaria nº 612, de 06/09/2023, publicada no Diário Oficial da União nº 173, de 11/09/2023, Seção 2, página 53,

onde se lê:

"...Nomear a servidora MAISA CHICALÉ ATAURI MARTINS, Matrícula nº 28659, ocupante do cargo de Técnica do MPU/Administração,..."

leia-se:

"...Nomear a servidora MAISA CHICALÉ ATAURI MARTINS, Matrícula nº 28659, ocupante do cargo de Analista MPU/Direito,..."

MARCOS ANGELO GRIMONE



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA PRSE Nº 183, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no exercício das atribuições previstas pelo art. 33, VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 382, de 5 de maio de 2015, e Considerando a solicitação contida no expediente PR-SE-00042326/20, resolve:

Art. 1º Dispensar, por motivo de remoção para outra Unidade, o servidor VICTOR LEONARDO PRATA LEITE DE SA, ocupante do cargo de TÉCNICO DO MPU/ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 24853, da função de ASSISTENTE NÍVEL II, FC-2, do GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA, 13º Ofício, na Procuradoria da República em Sergipe.

Art. 2º Designar o servidor ANGELO MIGUEL FIGUEREDO PAVANI, ocupante do cargo de ANALISTA DO MPU/DIREITO, Matrícula nº 27686, para exercer a referida função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE DANTAS CARVALHO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA PGJM Nº 232, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XI, combinado com o artigo 204, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista as disposições contidas no Termo de Deliberação da 294ª Sessão Ordinária do CSMMP, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país da Dra. CAROLINE DE PAULA OLIVEIRA PILON, Promotora de Justiça Militar, no período de 6 a 8 de novembro de 2023, para participação no XI Seminário Internacional da AIJM, que ocorrerá em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

PORTARIA Nº 233/PGJM, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 140 da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, e na Resolução 56/CSMPM, de 6 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Designar o Subprocurador-Geral de Justiça Militar SAMUEL PEREIRA, para officiar na Sessão de Julgamento do Egrégio Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 10 de outubro de 2023, às 13h30, na modalidade presencial/videoconferência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.704, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 308/1996, considerando os dados e informações constantes do PGEA nº 20.02.0001.0004954/2018-20, resolve:

Art. 1º Alterar a pensão civil concedida a ITELVINA FERREIRA RODRIGUES, na qualidade de mãe do Procurador do Trabalho, ITALO IGO FERREIRA RODRIGUES, matrícula n.º 946-6, falecido em 05/10/2017, por meio da Portaria PGT nº 1417, de 09/08/2018, publicada na Seção 2 do Diário Oficial do dia 10/08/2018, para considerá-la com fundamento no artigo 217, inciso V, da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 13.135/2015, a contar de 05 de outubro de 2017, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação n.º 1001762-94.2018.4.01.3700 da 3ª Vara Federal Civil da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

MARIA APARECIDA GUGEL

PORTARIA Nº 1.780, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO em exercício, no uso das atribuições previstas nos incisos XII e XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto na Resolução CSMPT nº 165/2019, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0800.0000856/2023-17, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento temporário das funções institucionais, do Procurador do Trabalho SANDOVAL ALVES DA SILVA, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região - Belém/PA, com ônus limitado, no período de 09 a 11 de novembro de 2023, para participar do próximo encontro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP, a realizar-se na cidade de Salvador/BA.

MARIA APARECIDA GUGEL

PORTARIA Nº 1.784, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar nº 75/93 e nas Resoluções CSMPT nº 130/2016 e nº 142/2017, bem como a decisão prolatada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho em sua 276ª Sessão Ordinária, de 28/09/2023, e os demais dados e informações constantes do PGEA 20.02.0002.0000031/2023-21, resolve:

Art. 1º Designar para compor a 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão, vinculada à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na condição de 2º Membro Suplente, a Procuradora Regional do Trabalho Márcia Campos Duarte, para mandato até 02 de setembro de 2025.

MARIA APARECIDA GUGEL

PORTARIA Nº 1.797, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, em exercício, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando os dados e informações constantes do PGEA 20.02.1000.0001456/2023-23, resolve:

Art. 1º Dispensar a Procuradora do Trabalho VANESSA FUCINA AMARAL DE CARVALHO do encargo de Vice-Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, para o qual havia sido designada pela Portaria nº 563, de 17 de abril de 2023.

Art. 3º Designar a Procuradora do Trabalho DANIELA COSTA MARQUES para o encargo de Vice-Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

MARIA APARECIDA GUGEL

PORTARIA Nº 1.798, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, em exercício, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0900.0001248/2023-58, resolve:

Art. 1º Dispensar a Procuradora do Trabalho CRISTIANE MARIA SBALQUEIRO LOPES do encargo de Vice-Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, para o qual havia sido designada pela Portaria nº 1331, de 04 de outubro de 2021.

Art. 2º Dispensar a Procuradora Regional do Trabalho MARIANE JOSVIK do exercício das atribuições legais e regulamentares do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, nas ausências e afastamentos simultâneos deste e da Vice-Procuradora-Chefe, para o qual havia sido designada pela Portaria nº 1364, de 15 de outubro de 2021, a contar de 08 de agosto de 2022, data do início do trânsito, em razão da remoção para a Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, pela Portaria PGT nº 1016, de 1º de julho de 2022.

Art. 3º Designar a Procuradora do Trabalho PATRÍCIA BLANC GAIDEX para o encargo de Vice-Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região.

Art. 4º Designar a Procuradora Regional do Trabalho VIVIANE DOCKHORN WEFFORT para o exercício das atribuições legais e regulamentares do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, nas ausências e afastamentos simultâneos deste e da Vice-Procuradora-Chefe.

MARIA APARECIDA GUGEL

PORTARIA Nº 1.800, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, em exercício, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0500.0001896/2023-08, resolve:

Art. 1º Dispensar o Procurador do Trabalho MARCELO CASTAGNA TRAVASSOS DE OLIVEIRA do encargo de Vice-Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, para o qual havia sido designado pela Portaria nº 1331, de 04 de outubro de 2021.

Art. 2º Dispensar a Procuradora do Trabalho SÉFORA GRACIANA CERQUEIRA CHAR do exercício das atribuições legais e regulamentares do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, nas ausências e afastamentos simultâneos deste e da Vice-Procuradora-Chefe, para o qual havia sido designada pela Portaria nº 1364, de 15 de outubro de 2021.

Art. 3º Designar a Procuradora do Trabalho LETÍCIA D'OLIVEIRA VIEIRA para o encargo de Vice-Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região.

Art. 4º Designar o Procurador do Trabalho MARCELO CASTAGNA TRAVASSOS DE OLIVEIRA para o exercício das atribuições legais e regulamentares do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, nas ausências e afastamentos simultâneos deste e da Vice-Procuradora-Chefe.

MARIA APARECIDA GUGEL

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.612, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023

A Diretora-Geral Adjunta Substituta do Ministério Público do Trabalho, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria MPT-DG nº 49, de 22 de janeiro de 2019, publicada no DÓU em 28 de janeiro de 2019, dado o que consta do PGEA/MPPT nº 20.02.0001.0007524/2023-67 e o fundamentado na Decisão 189.2023, resolve:

Art. 1º Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA à servidora JULIANE FONSECA OLIVEIRA, matrícula nº 6000657-9, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, código TC020101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do MPU, do Quadro Permanente do Ministério Público do Trabalho, fundamentada no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, asseverada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, com proventos integrais limitados ao teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Assegurar à predita servidora, o benefício especial previsto no artigo 3º, II, § 1º, da Lei nº 12.618/2012, conforme Decisão nº 7702.2022, emitida no PGEA nº 20.02.0001.0014007/2022-17.

CLÁUDIA NASSIF JABER

PORTARIA Nº 1.755, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 92 da Portaria PGT/MPPT nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, consolidada pela Portaria PGT/MPPT nº 1.304, de 31 de agosto de 2020, publicada no BS-Especial 9-B, de 01 de setembro de 2020, e considerando o que consta no PGEA/MPPT nº 20.02.0200.0002186/2023-73, resolve:

Art. 1º Nomear CÉLIA REGINA MARTINS ESCOBAR, bacharela em Direito, para o cargo em comissão de Assessor Jurídico Nível III da Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador-Chefe, código CC-3, da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.791, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 92 da Portaria PGT/MPPT nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, consolidada pela Portaria PGT/MPPT nº 1.304, de 31 de agosto de 2020, publicada no BS-Especial 9-B, de 01 de setembro de 2020, e considerando o que consta no PGEA/MPPT nº 20.02.0801.0000104/2023-33, resolve:

Art. 1º Apostilar a Portaria MPT nº 322, de 3 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 45, de 7 de março de 2023, que nomeou o servidor GUILHERME WALTRIN MILANI, matrícula 6009441, para o cargo em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica do 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Macapá, código CC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região/PA, para considerar a nomeação para o cargo em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica do 3º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Macapá, código CC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região/PA.

GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.812, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 92 da Portaria PGT/MPPT nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, consolidada pela Portaria PGT/MPPT nº 1.304, de 31 de agosto de 2020, publicada no BS-Especial 9-B, de 01 de setembro de 2020, e considerando o que consta no PGEA/MPPT nº 20.02.2100.0001118/2023-21, resolve:

Art. 1º Dispensar, a contar de 03/10/2023, a servidora PATRÍCIA TARGINO DOS SANTOS, matrícula 6005355, ocupante do cargo efetivo de Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Chefe da Seção de Gestão de Contratos, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região.

GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.813, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 92 da Portaria PGT/MPPT nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, consolidada pela Portaria PGT/MPPT nº 1.304, de 31 de agosto de 2020, publicada no BS-Especial 9-B, de 01 de setembro de 2020, e considerando o que consta no PGEA/MPPT nº 20.02.0001.0008718/2023-33, resolve:

Art. 1º Nomear MARCELLA DE BRITO CALDEIRA, bacharela em Direito, para o cargo em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica do 37º Ofício Geral da Procuradoria-Geral do Trabalho, código CC-4, em vaga criada pela Lei nº 12.321/2010.

GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

